

# Uma pesquisa, na Argentina, sobre um velho fenômeno: a inclusão da mulher no trabalho

Inés Cortazzo\*  
Patricia Schettini\*\*

## Introdução

O presente artigo está relacionado com uma pesquisa que viemos desenvolvendo em municípios da Província de Buenos Aires — La Plata e na Gran La Plata (Municípios de Berisso e Ensenada) — nos últimos 10 anos. A importância para nós de centrarmos nossa pesquisa nesses municípios decorre do fato de se constituírem em dois casos testemunhais do sucedido a partir do processo de desindustrialização iniciada nos anos 70 (em Berisso) e da privatização de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)<sup>1</sup> nos anos 90 (caso Ensenada)<sup>2</sup>. Esses dois processos trouxeram como consequência uma expulsão acelerada do mercado formal de trabalho e a incorporação de trabalhadores a microempreendimentos, ao setor informal e ao setor serviços.

A pesquisa trata, fundamentalmente, dos temas de trabalho e movimentos sociais. Neste artigo, trataremos do trabalho da mulher de setores empobrecidos. Trabalhamos com dados secundários providos do Ministério de Trabalho e Recursos Humanos e do Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC), fundamentalmente, censos e Encuesta Permanente de Hogares (EPH)<sup>3</sup>. Além dessas fontes, aplicamos 500 entrevistas estruturadas e, aproximadamente, 30 entrevistas em profundidade.

Face às crises econômicas, é a mulher — em sua grande maioria — que busca estratégias de sobrevivência, é a que faz uso da criatividade, inventando trabalhos para si mesma e para o conjunto da família. Essas formas inventadas, em geral, estão enquadradas no chamado trabalho informal. Assim, a mulher constitui redes solidárias por meio de trocas de serviços — às vezes, por dinheiro; outras, por mercadorias — e de ajuda mútua, colaboração entre vizinhas, que se constituem em verdadeiros trabalhos, embora não estejam contemplados nem nas estatísticas nem na legislação laboral. Do mesmo modo que foi, historicamente, ela encarregada da educação e da saúde da família é, também hoje, a encarregada de motorizar redes solidárias. É ela, também, a atualizada no referente a **subsídios** e a **programas sociais**.

\* Professora e Diretora do **Programa de Investigación Movimientos Sociales y Condiciones de Vida**. Universidad Nacional de La Plata UNLP, Argentina.

\*\* Professora e Pesquisadora do **Programa de Investigación Movimientos Sociales y Condiciones de Vida**. Universidad Nacional de La Plata UNLP, Argentina.

<sup>1</sup> Privatizado entre 1990 e 1994.

<sup>2</sup> A situação do setor petroquímico não difere da de outras regiões do país, onde também estavam assentadas essas empresas (por exemplo, em Comodoro Rivadavia, Província do Chubut na região Patagônica, em General Mosconi na Província de Salta). Se bem que não há dados muito sistematizados sobre o processo, observam-se, em todos os casos, migrações internas, fechamento de comércios antigos e aparecimento de outros, abandono de bairros e um conjunto de situações que permitem ver e vislumbrar o acirramento da pauperização. Assim mesmo, entrevistas realizadas com sindicalistas, trabalhadores e ex-trabalhadores permitem afirmar que a perda de postos de trabalho está mais relacionada com o fenômeno da privatização do que com o fenômeno do processo de automatização.

<sup>3</sup> Similar à PNAD-IBGE.

Nos setores populares, diversamente dos setores da classe média (ainda que, a partir do 19.12.01, isto esta mudando)<sup>4</sup>, a mulher promove ações coletivas através de associações que se encarregam de resolver os problemas mais urgentes em alimentação de crianças e de velhos. Assim, funda, mantém e gerencia refeitórios comunitários, incentiva as compras comunitárias, pesquisa lugares onde comprar mais barato e em melhores condições. Em geral, diferentemente do passado, essas formas de associação têm uma base territorial; essa mudança tem uma explicação, que é, ao não estar a mulher inserida no processo formal de produção, não pode se agrupar em sindicatos. Nesse sentido, o faz no território onde habita ou onde trabalha (muitas trabalham no próprio bairro); hoje em dia, há sindicatos de desempregados.

## Situação do trabalho com especial referência à mulher

A principal variável de ajuste no mercado de trabalho na América Latina, nos anos 80, foi o mercado informal, acompanhado pelo brusco descenso dos rendimentos; aumento do emprego temporário, trabalho sem cobertura social. Grande parte desses empregos é ocupada por mulheres em condições mais do que precárias, caracterizada pela falta de regulamento quanto à situação laboral (contratos fora das leis trabalhistas), horários, previdência social, más condições nos locais, descontinuidade no trabalho.

Dados da Central de Estudos Econômicos para a América Latina (CEPAL) (Nuevos..., 1997), colhidos em 12 regiões urbanas da América Latina, indicam que as mulheres mais pobres do setor urbano se localizam no setor informal e no trabalho doméstico. A mesma fonte assinala que a porcentagem de inclusão nesses tipos de trabalho supera os 70% das trabalhadoras ocupadas.

A flexibilização laboral, assim como a dita globalização<sup>5</sup>, que permitiu a redução dos rendimentos da mão-de-obra, fez incrementar o mercado informal de trabalho. Esse mercado se manifesta, inclusive, na externalização de serviços por parte das empresas, gerando-se empresas pequenas, que são um freio ao desenvolvimento sindical. Obviamente, esses tipos de trabalho contribuem para a debilitação das organizações gremiais e sindicais. Em tal sentido, é interessante lembrar um velho trabalho de Moore (1978, p. 474):

“De acordo com o esquema marxista, os trabalhadores começam desde uma situação geralmente inerte capaz, ao fim, de uma rebelião instintiva. Através da experiência da industrialização, que os reúne em grandes fábricas para impor-lhes um destino comum, adquirem consciência”.

Também no caso particular da Argentina, devemos considerar que, nas últimas três décadas, se tem fortalecido o sindicalismo-pelego.

É muito difícil dar conta, estatisticamente, da importância dessas formas de trabalho, pois há um grande sub-registro, uma vez que parte do trabalho que a mulher realiza é considerado trabalho doméstico, portanto não produtivo.

<sup>4</sup> Referimo-nos às mobilizações nos dias 19 e 20 de dezembro do 2001 e que levaram à renúncia do Presidente Fernando de La Rúa.

<sup>5</sup> Globalização que permitiu, entre outras coisas, na Argentina (igual a outros países), a entrada de produtos semelhantes aos que eram fabricados no país, mas a um preço muito menor, já que os mesmos provêm de países com mão-de-obra quase escrava, onde se violam, ainda mais que em nosso país, todos os direitos laborais.

Num trabalho dos anos 80, de Wainerman e Recchini de Lattes (1980, p. 25), as autoras desenvolvem uma análise comparativa da força de trabalho feminina, assinalando a necessidade de questionar a qualidade da informação: “Em outras palavras, não há uma seção do questionário da pesquisa de domicílios especialmente destinada a pesquisar a condição de atividade das mulheres, assim como existe, em compensação, para medir a sua fecundidade”. Essas observações de Wainerman e Lattes estão marcando a necessidade de compatibilizar a coleta de dados em nível internacional, com o objetivo de poder planificar políticas sociais e também para ter dados fiéis acerca da real contribuição econômica da mulher.

Nos anos 90, mudam, fortemente, as características do mercado de trabalho, em decorrência das mudanças econômicas, políticas e sociais. Após, com o retorno à democracia, havia expectativas de que se respirariam novos ares e que a situação laboral melhoraria, mas a realidade mostrou que nem sempre o desejo acompanha a realidade; a hiperinflação<sup>6</sup> de 1989 foi o pontapé quase que inicial do descalabro que ocorreria durante a década de 90.

As modificações das leis laborais fizeram com que crescesse ainda mais o trabalho precário, a desproteção à saúde, a perda de direitos sociais. Como mostra Vuskoviè (1993, p. 79): “É a própria lógica do mercado que leva a adequar a estrutura produtiva à desigualdade prevalente”. O autor conclui que o padrão de desenvolvimento na América Latina tende a reproduzir a desigualdade social e, com esta, conseqüentemente, “uma dinâmica da pobreza”.

Na década de 90, segundo dados do INDEC, há um forte crescimento da mão-de—obra feminina, não somente como complemento, mas, também, devido à índole do seu trabalho, pela abertura de novos tipos de ocupações, nos quais ela, tradicionalmente, não encontrava espaço.

Nos empregos formais, o maior crescimento deu-se no setor serviços; apesar disso, as estatísticas indicam que tanto o desemprego como o subemprego têm afetado mais as mulheres. Dados da CEPAL assinalam — não somente na Argentina como também em outros países da América Latina — que, nos anos 80, houve uma massiva incorporação de mão-de—obra feminina como resultado do crescente empobrecimento da população.

Segundo os informes estatísticos da CEPAL (Panor. Soc., 1998), que colhe informação a partir das pesquisas por amostras domiciliares na América Latina, a Argentina, o Brasil e o México são os países onde a taxa de participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado mais; no período 1990-97, a variação foi de cerca de 13%. Embora os índices de desemprego tenham crescido, a taxa de atividade das mulheres também cresceu. A taxa de participação mais alta é a do Brasil, e, nos três países mencionados, observou-se que a maior taxa de participação feminina ocorreu entre mulheres com idade de 25 e 49 anos (Tabela 1).

A assertiva de que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho tem provocado maior desemprego é falsa, já que essa entrada tem a ver, em maior medida, com a simples necessidade de supervivência do grupo familiar, exigindo uma nova reflexão sobre alguns mitos que se consagraram a respeito do trabalho feminino.

## Mitos acerca do trabalho feminino

**Primeiro mito** - baseia-se na velha sentença: **o trabalho feminino é secundário e só se recorre a ele como complemento do orçamento familiar em épocas de crise**. A partir de dados do INDEC e de outros organismos oficiais, vê-se que, desde os anos 80, entre um terço e uma quarta parte dos lares argentinos têm como chefe do lar uma mulher; e, naqueles em que ambos os membros do casal têm trabalho remunerado, a mulher aporta, aproximadamente, 30% da renda familiar.

<sup>6</sup> Havia indícios de que a situação de 1989 poderia repetir-se.

Quanto à remuneração, o próprio INDEC assinala que, embora as mulheres tenham estudos universitários, seus salários são 46% menores do que os dos homens — dados do Banco Mundial indicam o mesmo. Isto é coincidente com o assinalado para o Brasil por Galeazzi (2001, p. 63):

“A conseqüência perversa desse movimento está na ampliação dos níveis de pobreza entre a população investigada, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres apresentam níveis de renda significativamente inferiores às das chefiadas por homens. (...) Esses níveis inferiores de renda estão diretamente relacionados com as desigualdades que caracterizam a vivência das mulheres em todos os foros sociais e que ainda persistem — claramente expressas nas discriminações sofridas no mercado de trabalho: segregação ocupacional, rendimentos inferiores, maior risco de desemprego, por exemplo. Quando o trabalho das mulheres se torna a única fonte de sustento para a família, essas discriminações assumem sua devida proporção e passam a afetar a vida de todo o grupo familiar”.

**Segundo mito - é melhor empregar homens, pois as mulheres faltam muito ao trabalho.** Pesquisas empíricas desenvolvidas por nós estão a indicar o erro dessa afirmativa: nos dados primários colhidos, constatou-se que as mulheres não somente não faltam mais do que os homens, senão que apresentam os melhores índices de assiduidade ao trabalho, apesar de possuírem maiores obrigações familiares.

**Terceiro mito - as mulheres não estão capacitadas.** Sabemos que, em maio de 2000, segundo a EPH, 46,5% das mulheres desempregadas e 19,2% das subempregadas na Argentina possuíam 2º grau completo e grande parte delas tinha nível universitário, enquanto entre os homens desempregados apenas 25,8% possuíam esse mesmo nível de escolaridade. Esses dados estão a mostrar que a variável sexo é fundamental na hora de procurar trabalho.

As nossas pesquisas confirmam os dados do INDEC no sentido de que as pessoas não são desempregadas ou subempregadas por causa da baixa qualificação, mas porque os dados primários indicam que há uma grande quantidade de pessoas nessa situação com secundário completo e ainda com estudos universitários.

**Quarto mito - as relações familiares são mais igualitárias.** Muita coisa tem mudado, mas continua a existir uma separação importante acerca de quais são as obrigações familiares para os homens e quais as para as mulheres; em tal sentido, podemos afirmar que as mulheres continuam se localizando, principalmente, como responsáveis pelo cuidado do lar. Na nossa pesquisa empírica, temos confirmado isto a partir da própria localização em que as mulheres se posicionam na relação familiar, isto é, embora seja a principal provedora econômica no lar, ela continua, na maior parte dos casos, colocando o homem como sendo o chefe da família. O mais próximo do que seria uma relação familiar igualitária foi encontrado entre pessoas jovens, que manifestaram que ambos os membros do casal são chefes do lar.

## A Pesquisa

Os dados de população por sexo, na região da pesquisa, são apresentados na Tabela 2.

Parte de nossos objetivos tinham relação com indagações do tipo: como se modificam as formas de inserção laboral nos setores pobres face às mudanças econômicas e às reformas laborais? Essas mudanças provocaram melhores oportunidades laborais, ou, pelo contrário, maior precariedade e, portanto, maior desproteção?

Trabalhamos, no caso das entrevistas estruturadas, com uma amostra multietápica aleatória simples. Na primeira etapa, foram sorteados os bairros dos dois municípios; na segunda etapa, os quarteirões; e, por último, as moradias.

A equipe era constituída por alunos<sup>7</sup>, supervisionados e treinados pelos pesquisadores da equipe. O questionário estava dirigido aos maiores de 18 anos, homens e mulheres, mas, por questões de horário e de disponibilidade, quem mais respondeu ao questionário foram as mulheres. A partir da análise, os entrevistados foram agrupados da seguinte maneira:

- a) um grupo que, no momento da entrevista, estava ocupado como trabalhador informal, mas que provinha do mercado formal de trabalho;
- b) um grupo que também provinha do mercado formal de trabalho, mas que, no momento, se encontrava desempregado;
- c) um grupo inserido no mercado formal e que sempre tinha trabalhado no mercado formal;
- d) um grupo que sempre esteve no setor informal.

Os principais eixos das entrevistas referiam-se a:

- trajetória laboral, tentando apreender não só a descrição da situação — própria e familiar — senão também a subjetividade, posta em jogo através das testemunhas, quanto às estratégias para permanecer ou entrar no mercado de trabalho, assim como os facilitadores e os obstaculizadores;
- as expectativas em relação ao futuro, fundamentalmente, no que diz respeito aos filhos;
- grau e forma de participação.

A análise das entrevistas mostrou que grande quantidade das mulheres demitidas da indústria passaram a trabalhar em diversas áreas, segundo seu grau de capacitação. Assim, as mais capacitadas foram empregadas na administração pública — no Município de La Plata<sup>8</sup> —, muitas delas como serventes; as que receberam indenizações abriram pequenos comércios; e a maior parte delas se ocupou em trabalhos no âmbito do domicílio, em qualquer uma de suas modalidades.

a) **Trabalho no domicílio** - as áreas nas quais se concentra esse tipo de trabalho são, fundamentalmente, confecção, calçado, cuidado de anciãos e de crianças, manualidades de todo tipo (pintura de enfeites, colagem de sacolas de papel). Face à crescente desindustrialização, essas formas têm decaído nos últimos anos. Obviamente, esse tipo de trabalho não está contemplado com nenhuma forma de regulamentação (saúde, décimo terceiro salário, férias, etc.). Castel (1995) fala da “condição salarial” para referir-se a uma situação de emprego que é acompanhada por direitos e garantias, isto é, trabalhos “por tempo indefinido”, que proporcionam segurança para o futuro e garantem os direitos ligados ao trabalho, que fundamentam a proteção social.

b) **Trabalhadoras do lar** - o trabalho realizado no lar não é contabilizado nas estatísticas, pois ele não é remunerado, e a própria mulher não o visualiza como trabalho, mesmo que ele contribua para a riqueza nacional. Uma outra forma é o trabalho como doméstica: dados estatísticos estão a indicar que um quarto do total da mão-de-obra feminina trabalha como doméstica nas suas diferentes formas:

- **com moradia no domicílio em que trabalha** - que, ao misturar no mesmo espaço físico o lugar de trabalho e a residência, fragiliza espaços de descanso e privacidade, oportuniza também um isolamento físico e social e um descolamento das obrigações laborais, misturando, na relação com o empregador, o aspecto profissional e o afetivo. Esse fato provoca, na maioria das vezes, pelas características dessas trabalhadoras,<sup>9</sup> uma fidelidade que invisibiliza a relação laboral;

<sup>7</sup> Alunos do último ano da carreira de Trabalho Social da Universidad Nacional de La Plata e que cursaram o seminário de pesquisa, a cargo das autoras deste artigo.

<sup>8</sup> Nessa cidade, está concentrada a área política administrativa da Província de Buenos Aires.

<sup>9</sup> Muitas delas são de países limítrofes, indocumentadas ou do Interior, vivendo longe de suas casas, famílias e afetos, o que as faz muito vulneráveis no plano afetivo; outras mulheres provêm de lares muito pobres.

- **sem moradia no domicílio em que trabalha** - sob duas formas: as diaristas, que trabalham todos os dias numa mesma residência; e as que fazem um circuito, às vezes fixo, outros não, de três ou quatro casas na semana, variando dias e horários<sup>10</sup>. Esse tipo de trabalho era uma das principais ocupações femininas nos anos 80, em especial das mulheres jovens com pouco nível educacional formal e com filhos, as quais escolhiam essa modalidade pela flexibilidade horária. A crise dos anos 90 fez com que se incorporassem a esse tipo de trabalho as mulheres sem qualificação, provindas da classe média. Nos últimos anos, todavia, tem se produzido uma expulsão; já que as famílias que contratavam empregadas domésticas também sofreram perdas de seus trabalhos ou reduções salariais importantes. Ademais, a Argentina não foge à concepção acerca do trabalho doméstico, presente praticamente no mundo inteiro, qual seja, de ser um trabalho desvalorizado, que esconde sua contribuição econômica não só da sua própria família como também da sociedade em seu conjunto.

c) **Trabalho por conta própria** - pequenos comércios — fruteiras, vendinhas, quiosques<sup>11</sup> —, funcionando numa parte da residência, muitos dos quais preparados com a indenização própria ou dos maridos. Esse tipo de trabalho está completamente misturado com a vida familiar. Muitas mulheres arriscaram, também, microempreendimentos através das PYMES<sup>12</sup>. O problema radica no fato registrado por nós, não só entre as mulheres, de que esses projetos, assim como grande parte dos negócios implementados têm pouca vida, já que expressivo número de pessoas que tentaram trabalhar por conta própria provinha do mercado formal de trabalho. Caso paradigmático é o de YPF, que demitiu trabalhadores com muitos anos de empresa, com boas indenizações econômicas, os quais se arriscaram em pequenos comércios e que hoje estão muito empobrecidos. Nossas entrevistadas mostraram a falta de “lógica econômica” necessária para poder sobreviver nesses tipos de iniciativas.

d) **Formas de contratação temporal** - que se refletem na redução das indenizações por demissão, já que a legislação permite que a trabalhadora seja contratada por três meses, voltando a ser contratada por outros três meses — as que se mostram mais convenientes (em geral a variável é a mais dócil ou a mais rápida) para a empresa —, e, assim, *ad infinitum*, até que a empresa o decida, não tendo, por conseguinte, direito à estabilidade no emprego.<sup>13</sup>

As diversas formas de trabalho como doméstica, assim como as diversas formas de trabalho precário, além da reduzida ou inexistente cobertura legal e previdenciária, mascaram a relação capital-trabalho; essas formas não permitem a construção do coletivo de trabalho, produzindo, então, uma fragmentação e a exacerbação da individualidade. Assim mesmo, o trabalho precário das mulheres cresceu de 38,3% (1991) a 52,1% (2000) e, neste último ano, havia 30% mais mulheres do que homens ocupados nesse tipo de atividade.

Se bem que, desde a letra da Lei, todo cidadão tem direito a um trabalho, sem ser discriminado por razões de etnia ou sexo; nas práticas sociais, isto não acontece. Não existem, por parte do Estado, formas de proteção que permitam à mulher trabalhar em igualdade de condições; referimo-nos à ausência de creches, de escolas de tempo completo — salvo no caso de Capital Federal —, isto é, ausência de serviços de ajuda social para os setores mais desfavorecidos, salvo os gerados pela própria comunidade ou pelas ONGs. No

<sup>10</sup> Na Argentina, era comum que a classe média — em especial em casas onde não havia criança pequena e as mulheres trabalhavam — contratasse uma empregada por poucas horas, uma ou duas vezes por semana, para realizar tarefas domésticas, e esse trabalho era pago por horas.

<sup>11</sup> Na Argentina, existem lojinhas que, muitas vezes, ocupam a entrada de uma casa de guloseimas e cigarros; nos últimos anos, elas vendem também adesivos, artigos de livreria, alguns artigos de secos e molhados, bebidas e, em alguns casos, comercializam, inclusive, drogas.

<sup>12</sup> PYMES são pequenas e medianas empresas, muitas delas contam com subsídios do Estado, ou com os chamados “créditos brandos” dos bancos estatais.

<sup>13</sup> Como é assinalado por Murmis e Feldman (1999), no trabalho informal há uma regulação diferente, que não existe no caso do trabalho precário.

caso das organizações da própria comunidade, como não poderia ser de outra forma, estão sob o encargo de outras mulheres (que, em geral, não dispõem de nenhum tipo de compensação econômica), isto é, é uma ação voluntarista. Não existe, desde o Estado, políticas que contemplem essa situação da mulher trabalhadora, embora sua contribuição como geradora de riqueza seja clara. Isto reforça a necessidade de se pensar em políticas de intervenção que ajudem a sanar essa ausência.

Por outra parte, embora aparentemente muitas coisas tenham mudado nas relações familiares, as mulheres, em geral, ainda não dispõem de ajuda familiar, salvo a que proporcionam suas próprias mães, filhas ou alguma vizinha. E, por último, são as próprias mulheres trabalhadoras as que se culpabilizam por “abandonar” o lar e os filhos, pois, face a algum problema dos filhos — falta à escola, mau rendimento escolar, desvio das normas ditas sociais — a sociedade reclama: “(...) onde estava a mãe”; esse lugar consignado às mulheres tem um peso enorme, mesmo entre as mais conscientizadas.

Dados estatísticos estão a indicar que, nos últimos anos, tem aumentado, consideravelmente, o número de mulheres chefes do lar, embora o sub-registro desse fato seja, ainda, muito grande<sup>14</sup>. Isto nos leva à reflexão sobre o peso simbólico do aparelho reprodutor da mulher, que naturaliza a concepção de que o homem pertence ao mundo do público, da produção, ou seja, é o provedor, e a mulher pertence ao mundo do privado, dos afetos; sendo seu papel fundamental o de “esposa e mãe”.

O novo modelo de acumulação econômica na Argentina, sustentado sobre a fragilização das condições que garantiriam a reprodução material dos trabalhadores, manifesta-se não só no crescente desemprego, como, também, na perda paulatina, mas cotidiana, dos direitos sociais.

A fragmentação, que viemos marcando ao longo do texto, aprofunda a desigualdade e a vulnerabilidade social e fratura as condições que eram garantia de uma identidade não só cultural senão também social. Obviamente, se entendemos que o trabalho é o elo central da vida, isto se estende ao interior dos lares dos trabalhadores.

Há mulheres que recolhem papelão, que se alimentam do lixo — elas e suas famílias —, que esperam comida na hora em que fecham os comércios de comida rápida, as padarias, as pizzarias, os supermercados, enquanto outras exercem a prostituição — nos arredores das estações de ferrocarril, a prostituição é moeda corrente, fazem sexo por quase nada, pelo equivalente a um ou dois dólares, sem se importarem com as doenças que podem contrair. Tudo isso é mascarado, negado, “disso não se fala” a não ser para culpabilizar; não é visto pela sociedade, e entendemos que tem a ver com as características da sociedade argentina, não somente de intolerância, senão também de negação. O quê não se vê — ou o quê não se quer ver — não existe.

---

<sup>14</sup> Na maioria dos casos em que a figura do marido ou companheiro está presente no grupo familiar, as mulheres não aparecem como chefes da família, mesmo que sejam as únicas provedoras do domicílio.

## Bibliografía

ARGENTINA. Ministerio de Economía da Provincia de Buenos Aires. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas año 1991 e 2001**: dados preliminares. Buenos Aires: INDEC, [1991, 200-?].

CASTEL, Robert. Les pièges de l'exclusion. In: LIEU Social et Politiques. Montreal: Université de Montreal, 1995. (RIAC, 34).

GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: —, org. **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, 2001. v. 1.

MOORE JUNIOR, Barrington. **Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia**. Barcelona: Peninsula, 1973.

MURMIS, Miguel; FELDMAN, Silvio. Diversidad y organización de trabajadores en actividades informales: análisis de algunas experiencias pertinentes. In: CARPIO, Jorge; KLEIN, Emilio; NOVACOVSKY, Irene (comp.). **Informalidad y exclusión social. Siempre**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

NUEVOS problemas y oportunidades para el desarrollo industrial en América Latina. Santiago, Chile: CEPAL, 1997. (Desarrollo productivo, n. 31).

PANORAMA SOCIAL, 1998. Santiago, Chile: CEPAL, 1999.

VUSKOVIÉ, Pedro. **Pobreza y desigualdad en América Latina**. México, DF.: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Humanidades, 1993.

WAINERMAN, Catalina H.; RECCHINI de LATTES, Zulma. **El Trabajo Femenino en el Banquillo de los Acusados. La Medición Censal en América Latina**. México: Terra Nova, 1981.

Tabela 1

Taxa de participação de mulheres na atividade, por idade, na Argentina, na Grande Buenos Aires, no Brasil e no México — 1979-1997

(%)

PAÍSES	ANOS	TOTAL	DE 15 A 24 ANOS	DE 25 A 34 ANOS	DE 35 A 49 ANOS	50 ANOS E MAIS
<b>Argentina</b>	1980	32	45	45	41	15
<b>Grande Buenos Aires</b>	1990	38	41	52	52	19
	1994	41	43	59	56	21
	1997	45	44	61	60	27
<b>Brasil</b>	1979	37	43	44	40	17
	1990	45	48	56	53	21
	1993	50	51	60	60	27
	1996	50	50	63	61	26
<b>México</b>	1984	29	25	37	36	21
	1989	33	30	44	38	18
	1994	37	33	48	46	21
	1996	41	36	50	50	24

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PANORAMA SOCIAL, 1998. Santiago, Chile: CEPAL, 1999.

NOTA: Com base nas tabulações especiais sobre as pesquisas de amostras domiciliares em seis países.

Tabela 2

População total, da Província de Buenos Aires e dos Municípios de La Plata, Berisso e Ensenada — 1991 e 2001

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO EM 2001			POPULAÇÃO EM 1991
	Homens	Mulheres	Total	
<b>Província de Buenos Aires</b>				
Total .....	6 705 562	7 050 431	13 755 993	12 594 974
La Plata .....	275 419	294 277	569 696	541 905
Berisso .....	38 817	41 045	79 862	74 761
Ensenada .....	25 241	26 000	51 241	48 237

FONTE: Ministerio de Economía da Província de Buenos Aires.